

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 10 a 14 de junho, em Brasília.

NOVA TEMPESTADE POLÍTICA TOMA BRASÍLIA.

O vazamento de conversas entre o Ministro Sergio Moro (Justiça) e o procurador da República Deltan Dallagnol devem repercutir nos debates políticos da semana. A divulgação feita pelo site “*The Intercept*” aponta suposta irregularidade nas conversas entre os dois nas questões relacionadas a Operação Lava Jato, observando um possível direcionamento de Moro na atuação do Ministério Público. Em nota, o ministro afirma não haver qualquer anormalidade ou direcionamento nas conversas.

A divulgação coloca o presidente Jair Bolsonaro em uma situação delicada. Moro é um dos principais trunfos de Bolsonaro, trazendo o apoio dos mais ferrenhos defensores da Lava Jato e funcionando como um avalista contra a possibilidade de corrupção em seu governo. Assim, qualquer ação contra o ministro deve afetar diretamente o apoio popular ao presidente, tornando muito difícil qualquer decisão por um eventual afastamento de Moro, mesmo que em caráter temporário.

A oposição deve aproveitar o caso para obstruir as votações da semana, como o projeto de crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões (PLN 4/19), e até mesmo a tramitação da Reforma da Previdência. O vazamento das conversas deve servir ainda para inflar os atos contra a Reforma da Previdência convocados para essa sexta (14).

O papel do centrão também será importante nesta questão. O grupo político foi diretamente afetado pela Lava Jato e não nutri maiores amores pelo ministro Sérgio Moro. Assim, espera-se que eles possam aproveitar o momento para impor novo constrangimento ao governo e minar o poder político do ministro. Alguns líderes comentam da intenção de retomar a discussão do projeto de abuso de autoridade. Note-se ainda que o caso ocorre justamente quando as questões envolvendo a Reforma da Previdência pareciam começar a seguir para um caminho positivo para o Palácio do Planalto.

Há muito em jogo. No âmbito jurídico, a confirmação da suposta irregularidade poderia vir a prejudicar as condenações da Lava Jato, ou pelo menos aquelas abordadas nas conversas, por vício no processo. No âmbito político, parlamentares de alta estirpe ainda investigados torcem para a degradação da Lava Jato, enquanto que a oposição deve explorar ao máximo o episódio e vê o momento como o grande ressurgimento de seu principal líder: o ex-presidente Lula.

A defesa do ex-presidente já apresentou pedido de anulação de sua condenação, apesar de as pretensas “provas” de vício processual terem sido obtidas de maneira ilegal. Para Lula, o momento da divulgação das conversas é perfeito. Ele já vivia a expectativa de progredir para o regime aberto em outubro, além de ver como boas as chances de uma nova decisão do STF contra a prisão em segunda instância.

Destques da Semana

Terça

- Comissão Mista de Orçamento, irá discutir o [parecer do PLN 4/19 \(Projeto de Crédito Suplementar\)](#).
- Chefes dos governos estaduais desembarcam em Brasília para a 5ª Reunião do Fórum de Governadores, com o objetivo de afinar o discurso sobre a [reforma da previdência nos municípios](#).

Sexta

- Centrais sindicais de todo o país convocam [greve geral](#) contra a reforma da Previdência.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Jair Bolsonaro se reuniu nessa segunda (10) com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro da Secretaria de Governo, Santos Cruz, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e participou de cerimônia comemorativa aos 20 anos de criação do Ministério da Defesa e imposição da Ordem do Mérito da Defesa.

Secretaria de Governo

Agenda do presidente – Santos Cruz participou de audiência com o presidente da República, Jair Bolsonaro e, na quinta (13), o ministro participará de audiência pública prestar informações a respeito de um vídeo que faz apologia ao golpe militar de 1964, divulgado a partir de 31 de março nas redes sociais.

Agenda Internacional

- ✓ Nova York (Estados Unidos) – Investimentos em Infraestrutura no Brasil e participar de reuniões bilaterais com potenciais investidores estrangeiros

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni participou de cerimônia comemorativa aos 20 anos de criação do Ministério da Defesa e importação da Ordem do Mérito da Defesa e recebeu alguns Senadores e Deputados para audiência.

MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Agenda do ministro – Marcos Pontes participou da entrega de salas de informática do Programa Computadores para a inclusão digital do MCTIC (CEAC) e participou da entrega de salas de informática do Programa Digital do MCTIC na Subprefeitura do Mary Doria em Bauru, São Paulo.

MD

Ministério da Defesa

Agenda do ministro – Fernando Azevedo participou de cerimônia comemorativa aos 20 anos de criação do Ministério da Defesa e importação da Ordem do Mérito da Defesa.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro – Paulo Guedes se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro e participou de cerimônia comemorativa aos 20 anos de criação do Ministério da Defesa e importação da Ordem do Mérito da Defesa.

Agenda Internacional

- ✓ Paris (França) – Reunião do Grupo de Trabalho Técnico dos Códigos de Tratores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- ✓ Genebra (Suíça) – Fórum Global: Impulsionar Habilidades para uma Transição Justa e o Futuro do Trabalho e da 108ª Conferência

Internacional do Trabalho.

Balança Comercial – A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,085 bilhão na primeira semana de junho. De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 4,564 bilhões e importações de US\$ 3,479 bilhões. Já no total do ano, o superávit é de US\$ 23,196 bilhões. No mês, houve queda de 4,7% na média diária das exportações na comparação com junho do último ano, passando de US\$ 957,812 milhões para US\$ 912,791 milhões. No período, houve aumento nas vendas em produtos básicos (1,03%) e recuo nos envios para o exterior em manufaturados (-6,21%) e semimanufaturados (-4,22%). Já as importações registraram alta de 1,99% na média diária em igual comparação. Elas saíram de US\$ 682,136 milhões para US\$ 695,743 milhões. As maiores altas no período foram de aeronaves e peças (163,16%), leite e derivados (88,04%) e equipamentos mecânicos (32,75%). Enquanto isso, as maiores quedas foram: algodão (-43,37%), bebidas e álcool (-42,62%) e cobre e suas obras (-38,94%).

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda Internacional do presidente – **Roberto Campos Neto** se encontra em Fukuoka, no Japão, participando de atividades oficiais.

Boletim Focus – A estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia caiu pela 15ª vez seguida. A projeção para a expansão do PIB desta vez foi reduzida de 2,5% para 2,23% para 2020. A previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2019 foi reduzida de 4,03% para 3,89%. A taxa Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,50% ao ano até o fim de 2019 e foi reduzida para 7% em 2020. E a previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar permanece em R\$ 3,80 no fim de 2019 e de 2020.

BNDES
Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e
Social

Agenda do presidente – **Joaquim Levy** participou de reuniões internas do BNDES.

MEC
Ministério da Educação

Agenda do ministro – **Abraham Weintraub** se reuniu durante essa segunda (10) com o presidente da República, Jair Bolsonaro e recebeu o governador do estado de Roraima, Antônio Denarium, junto com outros representantes do governo do estado.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Plenário Na terça (11), haverá sessão para analisar os vetos remanescentes da reunião da semana passada e apreciar o **PLN 4/19**, que abre crédito suplementar no montante de R\$ 248,9 bilhões.

Comissões Mistas Na quarta (12), deverá ser apreciado o relatório da **MP 876/19** (Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins) e serão instaladas as Comissões Mistas da **MP 877/19** (Tributo de passagem aérea), da **MP**

Comissão Mista de Orçamento	878/19 (Contratos IPHAN), da MP 881/19 (Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica) e da MP 879/19 (Eletrobrás).
Frentes Parlamentares	Na terça (11), está previsto que a Comissão Mista de Orçamento, irá discutir o parecer do PLN 4/19 (Projeto de Crédito Suplementar); a votação da MP 874/19 (Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania), e o REQ 8/19 , que requer a realização de audiência pública sobre normas gerais de planejamento, orçamento, fundos, controle e avaliação na administração pública. No mesmo dia, ocorrerá o Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHS) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHS). Já na quarta (12) serão lançadas a Frente Parlamentar Mista da Economia Criativa, da Frente Parlamentar Mista de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas e da Frente Parlamentar Mista da Mineração.

Temáticas em Pauta nas Comissões

EDUCAÇÃO	Câmara CEF Pec 15 Terça (11)
Fundeb	Audiência Pública – Foram convidados, entre outros, o presidente do Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação, Marcos Elias Moreira ; o presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), Manoel Humberto Gonzaga Lima ; e a conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) Maria Helena Castro Guimarães .
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Senado CCT Quarta (12)
Parques Tecnológicos	Audiência Pública – Debater o papel de parques tecnológicos (PqTecs) no desenvolvimento regional. Foram convidados Anderson Paiva Cruz , diretor do Parque Tecnológico Metrópole Digital, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal; Elso Alberti Júnior , diretor de desenvolvimento de negócios do Parque Tecnológico de São José dos Campos; José Alberto Sampaio Aranha , presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec); e Jorge Luis Nicolas Audy , superintendente de inovação e desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Política

Privatização dos Correios ganha força no governo, diz Bolsonaro. O presidente Jair Bolsonaro disse hoje (7) que a privatização dos Correios ganhou força em seu governo. A manifestação foi postada em sua conta oficial no Twitter. Para ele, a menor participação do Estado pode melhorar e baratear os serviços públicos. "Serviços melhores e mais baratos só podem existir com menos Estado e mais concorrência, via iniciativa privada. Entre as estatais, a privatização dos Correios ganha força em nosso Governo", tuitou. Com 356 anos de existência, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é subordinada hoje ao Ministério das Comunicações, Ciência, Tecnologia e Inovação. Após prejuízos registrados entre 2013 e 2016, a estatal registrou lucro de R\$ 161 milhões em 2018 e de R\$ 667,3 milhões em 2017. A manifestação ocorre um dia depois do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido, por maioria,

liberar a venda do controle acionário de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista, sem que para isso seja preciso aval legislativo ou processo de licitação. A venda sem autorização do Congresso Nacional não vale, contudo, para empresas matrizes, como é o caso dos Correios, que ainda precisará de autorização parlamentar. Os Correios possuem, no entanto, uma subsidiária, a Correios Participações (CorreiosPar), criada em 2015, que desenvolve projetos nos segmentos financeiro, de comunicação digital e de logística integrada. Fonte: Agência Brasil

Uruguai apoia ingresso do Brasil como membro não permanente da ONU. O Uruguai anunciou hoje (7) apoio formal ao ingresso do Brasil como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para um mandato de 2 anos, no período de 2022 a 2023. O Conselho é composto por 15 membros, sendo 5 membros permanentes com poder de veto: os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a Rússia e a China. Os demais dez membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. “A voz da América Latina precisa estar presente [no mundo] e é bom que esta voz seja a de um país irmão como o Brasil”, disse o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, ao participar, juntamente com o chanceler brasileiro Ernesto Araújo, de cerimônia de assinatura de acordo para eliminar a bitributação do comércio entre os dois países. O acordo não só elimina a dupla tributação, como também previne a evasão fiscal nas transações de empresas uruguaias e brasileiras. O chanceler Ernesto Araújo disse que, pessoalmente, tem “imenso carinho” pelo Uruguai. Ele ressaltou que a visita do ministro Rodolfo Nin Novoa é a primeira ao Brasil de um chanceler uruguaio em dois anos. “Temos uma boa base para apresentar ideias e iniciativas, como a rediscussão do Mercosul, e a nova visão da região e do mundo”, disse. O Brasil é o principal fornecedor de bens e o segundo maior parceiro comercial do Uruguai. Em 2018, o intercâmbio comercial aumentou 13,5% em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 4,2 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 1,8 bilhão. Fonte: Agência Brasil

Após mensagens, Congresso quer usar CPI para ouvir Moro e discute quebrar sigilos. Parlamentares de diferentes partidos no Congresso discutiam já na noite deste domingo (9) como o caso envolvendo mensagens de procuradores da Lava Jato e do ministro da Justiça, Sérgio Moro, poderá repercutir no ambiente político. Uma das principais preocupações da ala de congressistas que defende a agenda econômica é garantir, pelo menos de forma pública, que o cronograma da reforma da Previdência não será afetado com o caso. Mas, por outro lado, deputados e senadores querem usar o caso para desgastar o ministro da Justiça, pedindo explicações a Moro, e também a procuradores da Lava Jato. Um dos caciques do parlamento disse ao blog que está em análise a convocação de Moro no Congresso – e que um dos caminhos pode ser chamá-lo para uma CPI mista que trata de crimes cibernéticos. O pedido de criação da comissão foi apresentado na semana passada e ainda aguarda leitura no Congresso. Ou seja: a CPI está na fase de conferência de assinaturas. Parlamentares avaliam que o caso das mensagens da Lava Jato vai garantir o trabalho da comissão, que precisa das assinaturas de no mínimo 171 deputados e 27 senadores para funcionar. Após a conferência de assinaturas, a CPI precisa ser lida em sessão do Congresso, o que não tem prazo para ocorrer – dependerá da vontade política do parlamento. No “foro” da CPI, grupos no Congresso defendem abertamente aprofundar as investigações, tendo como gancho o vazamento das mensagens, e pedirem quebra do sigilo de envolvidos nos diálogos. Ao justificar a estratégia que está sendo desenhada, uma autoridade disse ao blog: “Moro não é mais juiz, é ministro. Ministro dá explicações”. Como repercussão política no mundo jurídico, congressistas avaliavam já no domingo, dia do vazamento das mensagens, que, se a eventual indicação do ministro Moro para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal ocorresse hoje, o governo teria “dificuldades” para aprová-la. Fonte: G1 Notícias

Sem aval da Câmara, Planalto adia pacto entre os três poderes. O Palácio do Planalto decidiu adiar a assinatura do pacto entre os três poderes que havia sido anunciado pelo governo, há duas semanas, após reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. A assinatura estava prevista para esta segunda-feira (10), mas o governo já sabia que não ocorreria após sinalização de Rodrigo Maia (DEM-RJ) de que só assinaria o texto com aval de deputados. Na prática, Maia avisou ao governo que a ideia do pacto era só do Executivo e que não havia nenhuma outra pauta a ser pactuada entre Legislativo e Executivo neste momento a não ser a que já estava pública: a reforma da Previdência. Diante do recado de Maia, o governo recuou. Procurado pelo blog, o porta-voz da Presidência, general Rego Barros, confirmou no sábado que o pacto “foi postergado para acertar detalhes ainda em aberto”. Deputados ouvidos pelo blog afirmam que, se houver texto, será do Legislativo. Fonte: G1 Notícias

Site divulga trechos de mensagens atribuídas a procuradores da Lava Jato e a Sérgio Moro. O site “Intercept” divulgou na noite deste domingo (9) trechos de mensagens atribuídas a procuradores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba e ao então juiz Sérgio Moro, atual ministro da Justiça, extraídas do aplicativo Telegram. Os alvos dessas conversas denunciaram recentemente que tiveram seus celulares hackeados ilegalmente, o que é crime. O “Intercept”, no entanto, disse que obteve os diálogos antes dessa invasão. Segundo o site, as informações foram obtidas de uma fonte anônima. O site diz que procuradores, entre eles Deltan Dallagnol, trocaram mensagens com Moro sobre alguns assuntos investigados. Segundo o site “Intercept”, o então juiz Sérgio Moro orientou ações e cobrou novas operações dos procuradores. Em um dos diálogos, Moro pergunta a Dallagnol, segundo o site: “Não é muito tempo sem

operação?" O chefe da força-tarefa concorda: "É, sim". Numa outra conversa, o site diz que é Dallagnol que pede a Moro para decidir rapidamente sobre um pedido de prisão: "Seria possível apreciar hoje?" E Moro responde: "Não creio que conseguiria ver hoje. Mas pensem bem se é uma boa ideia". Nove minutos depois, Moro, segundo o "Intercept", adverte a Dallagnol: "Teriam que ser fatos graves". Fonte: G1 Notícias

Bolsonaro terá que nos aturar por 2 anos e vice-versa, dizem Maia e Alcolumbre. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), colocaram-se contra o decreto que flexibiliza o porte de armas, as propostas para alteração das leis de trânsito e a política ambiental do governo de Jair Bolsonaro. Os representantes do Congresso falaram sobre os temas em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo publicada nesta segunda-feira (10.jun.2019). Tanto o presidente da Câmara quanto o do Senado concordam que não há possibilidade de que o governo Bolsonaro caia. Esperam por reformas e planejam uma agenda de trabalho própria. Eis destaques da entrevista. Fonte: Poder 360

Onyx demite Carlos Manato, ex-deputado que fazia articulação com a Câmara. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, demitiu o ex-deputado federal Carlos Manato (PSL-ES) da chefia da Secretaria Especial para a Câmara dos Deputados. Manato estava no cargo desde janeiro e foi deputado de 2003 a 2018. Uma de suas funções era ajudar na articulação do governo com o Legislativo. A demissão foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (10.jun.2019). O ex-deputado federal Abelardo Lupion (DEM-PR), que era assessor especial da secretaria, assumirá o cargo. Fonte: Poder 360

Para Sergio Moro, mensagens não indicam 'anormalidade ou direcionamento'. O ministro da Justiça, Sergio Moro, diz que não há "qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado" nas mensagens trocadas com o procurador da República Deltan Dallagnol, reveladas em reportagem do The Intercept na noite deste domingo (9.jun.2019). "Quanto ao conteúdo das mensagens que me citam, não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias, que ignoram o gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato", disse, em nota, o ministro que, à época das mensagens, era juiz federal. Moro ainda diz lamentar "a falta de indicação de fonte de pessoa responsável pela invasão criminosa de celulares de procuradores" e critica o fato de não ter sido procurado antes da publicação da reportagem, "contrariando regra básica do jornalismo". Fonte: Telesíntese

Governo se omite em 31% das votações na Câmara. Nos primeiros 5 meses de mandato do presidente Jair Bolsonaro, o governo abriu mão de orientar o voto de seus aliados em 31% das votações realizadas na Câmara dos Deputados. É a maior taxa de omissão no período desde o início de mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando tem início a série histórica dos dados. A indicação é que praticamente uma em cada 3 propostas em tramitação na Casa não era de interesse do Palácio do Planalto ou, ainda, que o líder do governo, Major Vitor Hugo (PSL-GO), preferiu não se manifestar por haver risco de derrota. As informações foram divulgadas pelo jornal Estadão neste domingo (9.jun.2019). Os dados são do Basômetro, uma ferramenta do veículo que mede o governismo (taxa de votação de acordo com a orientação do governo) de deputados e partidos. A ferramenta registra o que aconteceu no plenário da Câmara nos últimos 16 anos: 844 mil votos dados por 1.811 deputados em 2.427 votações. Segundo o jornal, os dados apontam também que ingerência menor do Executivo é mais 1 efeito das recentes mudanças nas relações entre os Poderes. Na tentativa de evitar o "toma, lá, dá cá", Bolsonaro resiste a distribuir cargos entre os partidos em troca de apoio. Em consequência, o Congresso busca uma agenda própria de votações. Considerando a taxa de governismo, desde que tomou posse, Bolsonaro teve 76% de apoio na Câmara. O dado não é muito diferente de seus antecessores. Lula teve 78% e 77%, respectivamente, nos primeiros 5 meses de seus 2 mandatos. Dilma Rousseff, logo depois de eleita pela 1ª vez, chegou a 74%, mas taxa caiu para 61% no início do 2º mandato, quando ela já enfrentava problemas de articulação com boa parte de sua base. No caso de Temer, a média da taxa de governismo na Câmara foi de 77% em seus 5 primeiros meses como presidente. Fonte: Poder 360

Após racha, Eduardo Bolsonaro assume PSL paulista. Após uma acirrada disputa interna, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, será empossado hoje presidente do diretório paulista do PSL. Mas seu nome não é consenso. Nas últimas semanas, o parlamentar enfrentou um movimento de oposição liderado por Alexandre Frota (SP), seu colega na Câmara dos Deputados, que contesta a forma como Eduardo foi escolhido e promete "colocar fogo" no partido durante sua gestão. O pano de fundo é a disputa pela Prefeitura de São Paulo no ano que vem. Alinhado ao grupo do governador João Dória, o grupo de Frota defende que o PSL escolha a também deputada federal Joice Hasselmann, líder do governo no Congresso, para disputar a eleição municipal, enquanto Eduardo e o senador Major Olímpio rejeitam uma aproximação com os tucanos e trabalham pela candidatura de José Luiz Datena. Em 2018, o apresentador chegou a se lançar ao Senado pelo DEM, mas neste ano negocia a filiação ao PSL. Também cotada para a vaga de candidata a prefeita, a deputada estadual Janaína Pascoal tenta se manter neutra no debate interno. "Fiquei neutra, como tenho ficado em todas as questões partidárias. Defendo as candidaturas avulsas. Até por coerência não me envolvo em nada que diga respeito a partidos. Mas gosto de ambos. Não quero

nenhum cargo partidário. Penso que Joice seja um bom nome, mas há outros tantos. Somente a própria pessoa pode decidir. Só sei que não serei eu”, disse a deputada. Fonte: Estado de S. Paulo

Estados enfrentam crise, mas sobram recursos no Judiciário e no Legislativo. Imunes às tesouradas nos gastos quando há frustração na arrecadação, os poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria dos Estados tinham no fim do ano passado uma sobra de R\$ 7,7 bilhões em recursos livres, que poderiam ser usados para bancar outras despesas, segundo levantamento do Estadão/Broadcast com dados fornecidos pelos próprios órgãos ao Tesouro Nacional. Enquanto isso, os Executivos dos Estados continuam com contas atrasadas e muitos não conseguem colocar salários de servidores em dia. Hoje, os governadores assumem sozinhos o ajuste nas contas e são obrigados a repassar integralmente aos demais Poderes a parcela mensal de recursos prevista no orçamento, chamada de “duodécimo”, mesmo que a projeção de despesas já não seja mais factível diante da queda nas receitas. A situação agrava as dificuldades dos Executivos estaduais, que são responsáveis por gastos prioritários como saúde, educação e segurança, mas precisam fazer um contingenciamento maior que o realmente necessário para garantir a transferência aos demais Poderes. Enquanto isso, Legislativo, Judiciário, MP e Defensoria ficam blindados do aperto e com recursos disponíveis para conceder reajustes e outros benefícios, como auxílio-moradia. A Advocacia-Geral da União (AGU) chamou a atenção para o problema em memorial enviado a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No documento, obtido pelo Estado, a AGU defende o uso de um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permite aos chefes dos Executivos bloquear recursos dos demais Poderes, caso eles não adotem essa providência em situações de frustração de receitas. “Não pode haver um primo rico e outro pobre. Devemos, sim, todos ser solidariamente responsáveis pelo sucesso do Brasil”, disse ao Estado o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça. Fonte: Estado de S. Paulo

País tem 35 acordos internacionais fechados que não saem do papel por burocracia. O Brasil tem hoje uma fila de 35 acordos já negociados e assinados com outros países, mas que ainda aguardam a burocracia andar para que possam entrar em vigor. Na lista, há desde tratados de livre-comércio, que abrem mercados aos produtos brasileiros no exterior, até acordos para evitar a dupla tributação, que permitem a empresas e investidores pagarem menos impostos. O ministro da Economia disse que acordo comercial entre Mercosul e União Europeia seria firmado em três ou quatro semanas Foto: Adriano Machado/Reuters

As empresas brasileiras, por exemplo, já poderiam disputar licitações para compras dos governos de Argentina, Paraguai e Uruguai – um mercado potencial de US\$ 80 bilhões. Mas, apesar de um pacto nesse sentido já ter sido firmado com os vizinhos, as regras não entraram em vigor. Os brasileiros também já poderiam estar livres de pagar a tarifa de “roaming” ao usar o celular no Chile. O acerto que permitirá tal vantagem, no entanto, ainda não foi validado. O governo vem tentando acelerar a assinatura de novos tratados. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta semana que o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia deve ser firmado “em três ou quatro semanas”. Há outros em negociação, como o de livre-comércio com o Canadá. É um esforço para promover a abertura comercial do País, considerado muito fechado. Mas o “estoque” atual de 35 acordos, compilados pela secretaria executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), indica que o problema não está somente na dificuldade em fechar novos tratados. Fonte: Estado de S. Paulo

PSL racha nos estados com embates públicos, áudios vazados e até troca de socos. Alçado de partido nanico a protagonista da política brasileira após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, o PSL vive um cenário de rachas internos em suas bases nos estados. O clima de disputa é escancarado com embates públicos na imprensa, em redes sociais e até mesmo em brigas com trocas de socos entre integrantes do partido. O PSL tem 271,7 mil filiados, três governadores, quatro senadores e 54 deputados federais. Em 2018, elegeu ainda 76 deputados estaduais, em 21 estados. Os casos de embates de Minas Gerais e São Paulo são os mais conhecidos. Em Minas, conforme revelado pela Folha, a deputada federal Alê Silva acusou o ministro Marcelo Álvaro Antônio (Turismo) de comandar um esquema de candidaturas laranjas e de ameaçá-la de morte. Ele nega. No diretório paulista, as deputadas federais Joice Hasselmann e Carla Zambelli trocaram xingamentos em uma rede social, enquanto o deputado Alexandre Frota prometeu “colocar fogo” no PSL paulista e ainda defendeu a saída de Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, do comando estadual da legenda. Fonte: Folha de S. Paulo

Dallagnol é acionado no Conselho Nacional do Ministério Público. Membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pediram nesta segunda-feira (10) que a corregedoria da instituição investigue o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da operação Lava Jato no Paraná. Pouco antes das 15h, o CNMP informou que ainda analisava o pedido de investigação. No memorando à corregedoria, os conselheiros não citam Dallagnol nominalmente, e sim “os fatos noticiados pelo “The Intercept”. Uma das reportagens publicadas pelo site, no último domingo, mostra trocas de mensagens que sugerem que o procurador recebeu orientações do então juiz federal Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública, e debateu estratégias com ele ao longo da Lava Jato. Fonte: Congresso em Foco

Ação de Moro e Dallagnol pode tornar nulas decisões da Lava Jato. Alvos de vazamentos de mensagens reveladas pelo site The Intercept no último domingo (9), o ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro e

Ministério Público Federal (MPF) afirmaram, em notas enviadas à imprensa, terem sido alvos de invasão criminosa de seus celulares, por meio de hackers. As conversas publicadas sugerem orientações e trocas de estratégias entre Moro, juiz federal que conduzia os processos da Lava Jato à época dos vazamentos, e Dallagnol, chefe da força-tarefa da operação no Paraná. Existe a avaliação de que réus já condenados poderiam, a depender do caso, pedir a nulidade de processos alegando suspeição sobre a atuação de Moro. Juristas consultados pelo Congresso em Foco avaliam que o material, pela forma como foi coletado, deverá ser considerado uma prova ilícita. Com isso, não poderá ser usado, eventualmente, para punir Moro ou os procuradores, tanto na esfera penal como na administrativa. Os mesmos criminalistas apontam, porém, que estas mesmas provas ilícitas podem ser usadas para que a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa pedir, por exemplo, a anulação do processo do tríplex do Guarujá, pelo qual o petista cumpre pena. Fonte: Congresso em foco

Moro deveria se afastar do cargo, diz presidente da comissão da reforma da Previdência. O presidente da comissão especial da reforma da Previdência, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), afirmou à Reuters que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, deveria se afastar voluntariamente do cargo até que se esclareça a suposta colaboração entre o então juiz e procuradores da Lava Jato, noticiada em reportagens do site Intercept Brasil. Para Ramos, que é advogado e professor de Direito Constitucional, o afastamento de Moro não só seria a melhor atitude para não tumultuar ainda mais a discussão da reforma da Previdência, mas também garantiria "liberdade de investigação" à Polícia Federal, uma vez que o ministro controla a PF. Fonte: DCI

Olimpio diz que governo não tem controle da votação do crédito suplementar. Líder do governo no Senado Federal, Major Olimpio (PSL-SP), não tem esperança de que uma eventual aprovação no Congresso do crédito suplementar pedido pelo governo (PL4) virá com facilidade. Perguntado pelo Broadcast Político, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, se o governo tem controle da votação marcada para esta terça-feira, 11, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), ou mesmo uma estimativa de votos, o senador foi claro: "Eu te afirmo que não tem". "Tudo o que é possível de fazer em termo de gestão, de explicar a efetiva necessidade, do governo não ter outra alternativa, está colocado", disse o senador, explicando que atua nos limites da articulação permitida pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). "Como o governo não fez o toma lá dá cá, como não fez a distribuição de ministério por partidos, a cada votação nós vamos ter que constituir uma base e, no convencimento, votar", detalhou o parlamentar. No Twitter, o presidente Bolsonaro tem alertado para o risco de suspensão de pagamentos de benefícios sociais e programas como o Plano Safra e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) se o Congresso não liberar o crédito extra de R\$ 248,9 bilhões. A votação na CMO estava marcada para semana passada, mas não ocorreu por falta de quórum. A obstrução foi feita por partidos de oposição, como PT e PCdoB, mas também contou com a participação do PL, integrante do Centrão. "Para que tanta obstrução? E muitas vezes de alguns ditos aliados...", reclamou Major Olimpio. Para o senador, a escolha do presidente por não formar uma base aliada no Congresso desenha um cenário futuro de grandes esforços para que o governo consiga aprovar matérias de seu interesse, dinâmica que deve perdurar até o fim do mandato. "A cada dia vai ser uma dor diferente. Eu não tenho dúvida de que isso vai ser o governo todo", prevê o político. Fonte: DCI

Tereza Cristina diz estar confiante em que a CMO votará PLN4 nesta terça. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou nesta segunda-feira, 10, estar confiante em que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) votará nesta terça-feira, 11, o PLN4/2019, projeto de lei que permite ao governo levantar crédito extra para pagamento de subsídios e benefícios sociais, como Bolsa Família e Previdência, assim como a equalização de taxas de juros de alguns programas do Plano Safra 2019/20. "A CMO deve se reunir e votar (o PLN4/2019) e aí na quarta-feira deve ser convocada uma sessão no Congresso. Ainda há oito vetos e estamos acompanhando de perto, mas é fundamental que se vote isso, não só para o agronegócio, mas também para as aposentadorias", disse Tereza Cristina a jornalistas durante o One Agro, evento promovido pela Syngenta em Campinas (SP). A ministra afirmou que o Plano Safra 2019/20 "está pronto e, assim que o Congresso votar (o PLN4/2019), é questão de agenda para fazer o lançamento". Questionada sobre o que aconteceria com o Plano Safra caso o Congresso não aprove o crédito extra, Tereza Cristina disse que teria de ser lançado somente com as linhas que têm taxas de juros de mercado (sem equalização). "Os agricultores que precisam de taxas de juros diferenciadas (equalizados) precisam da votação da CMO", afirmou. A ministra destacou que o próximo Plano Safra contará com "novas ferramentas", principalmente "para médios e grandes produtores" que têm mais facilidade para tomar crédito com taxas de juros livres. Mas enfatizou que "o pequeno agricultor estará absolutamente protegido nesse (próximo) Plano". A ministra reforçou que o montante a ser liberado não deve ser maior que o do ano passado, e sim "mais ou menos do mesmo tamanho" do de 2018, apesar da previsão de os recursos para subsidiar parte do prêmio do seguro rural chegarem a R\$ 1 bilhão. "O que a gente pode ter são algumas modificações em taxas de juros, aumenta um pouquinho em um programa, diminui em outro, para poder manter o volume total do tamanho do ano passado." Fonte: DCI

Poder Judiciário

Procuradoria vai ao Supremo contra resolução da qualidade do ar do Conama. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Procuradoria-Geral da República questiona resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que dispõe sobre os padrões de qualidade do ar no Brasil. O documento apresentado ao Supremo destaca que a Resolução 49/2018 ‘não trata o assunto de forma eficaz e adequada, prevê valores iniciais muito permissivos, não fixa prazo e apresenta procedimento decisório vago’. Outro ponto questionado pela PGR é o de que a norma ‘não é transparente, uma vez que não garante a disponibilização à população de informações claras e acessíveis sobre a qualidade do ar’. Ao pedir a declaração de inconstitucionalidade, a PGR chama atenção para o fato de que ‘essa medida poderia ocasionar a repristinação’. ‘Para evitar que se agrave o estado de irregularidade do sistema de proteção e controle da qualidade do ar’, a Procuradoria-Geral pede que a inconstitucionalidade seja declarada sem que se decrete a nulidade da norma. O pedido é para que o STF obrigue o Conama a elaborar, em até 24 meses, novo regramento com capacidade protetiva suficiente e que ‘corrija as distorções apontadas’. Caso o Supremo não decida dessa forma, a solicitação é para que seja considerado inconstitucional, pelo menos, um trecho específico – artigo 4.º, §4º -, ‘por dar respaldo à perpetuação do padrão de qualidade do ar inicial, extremamente permissivo quando comparado com as guias apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2005’. Fonte: Estado de S. Paulo

Previdência

Governadores voltam a Brasília para discutir reforma da Previdência. Com a proximidade da apresentação do relatório da reforma da Previdência, prevista para esta semana na comissão especial da Câmara que analisa a proposta, crescem a pressão e a expectativa de estados e municípios para permanecer no texto, como proposto originalmente pelo governo. Nesta terça-feira (11) os chefes dos governos estaduais desembarcam em Brasília para a 5ª Reunião do Fórum de Governadores, com o objetivo de afinar o discurso. A divulgação antecipada de uma carta pública na última quinta-feira (6) pelo Fórum desagradou a alguns governadores da Região Nordeste. O documento ressalta a importância de os estados serem garantidos no texto por causa do déficit nos regimes de aposentadoria e pensão de seus servidores. Apesar da assinatura de sete dos nove chefes do Executivo da região, eles negam que tenham dado o “de acordo” ao documento. A reação veio no mesmo dia, por meio de outra carta, assinada por todos os governadores nordestinos. Nela, além do ponto comum que estava na carta do Fórum, eles acrescentaram pontos específicos que querem ver retirados da proposta, como as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e nas aposentadorias rurais. Eles questionaram também a desconstitucionalização da Previdência e o sistema de capitalização, no qual se baseia o regime futuro de Previdência. Fonte: Agência Brasil

Líderes discutem últimos detalhes da reforma da Previdência. Líderes de pelo menos nove partidos discutem, neste momento, na casa do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os últimos detalhes do texto da reforma da Previdência, que deve ser apresentado na próxima terça-feira (11). Participam também da reunião o secretário de Previdência, Rogério Marinho, e o relator da proposta na comissão especial da Câmara, Samuel Moreira (PSDB-SP). Um dos principais pontos em discussão diz respeito à manutenção de estados e municípios no texto, como originalmente propôs o governo. Por enquanto, a maioria resiste à ideia, temendo o desgaste que o Congresso Nacional teria com uma reforma mais dura para servidores municipais e estaduais, “Antecipadamente já estamos com essa decisão tomada [não incluir estados e municípios no texto]. Todo mundo tem que ter o ônus e o bônus. Vamos aguardar”, disse o líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB). Para Wellington Roberto, as assembleias legislativas têm que fazer o seu papel junto com o governo do estado. Também cauteloso, o líder do PP, Aguinaldo Ribeiro (PB), lembrou que esse ponto especificamente será definido após a reunião com os governadores que estarão na terça-feira em Brasília. “O fundamental é que os governadores possam trazer votos para aprovar a reforma. Para Ribeiro, é difícil explicar como um governador se posiciona a favor da reforma se sua base é contra. O líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP), mostrou-se otimista e confiante na aprovação do texto antes do recesso parlamentar de julho. Sampaio disse que nesta semana é provável que os tucanos fechem questão para aprovar o texto. “Isso está em nossa cartilha, em nosso estatuto É importante fecharmos questão sobre um tema relevante para o país”, afirmou. Fonte: Agência Brasil

Líderes defendem relatório para Previdência com economia entre R\$ 900 bi e R\$ 1 tri em 10 anos. Em reunião no domingo (9), na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), líderes partidários calcularam que o relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) sobre a reforma da Previdência, já com todas as mudanças acordadas com os parlamentares, deve garantir uma economia entre R\$ 900 bilhões a R\$ 1 trilhão. Entre as mudanças acordadas na reunião, estão a retirada da reforma das alterações no Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago a idosos de baixa renda e a pessoas com deficiência — e na aposentadoria rural. A desconstitucionalização de alguns pontos que tratam da aposentadoria também sairá do texto. Descontados esses itens da proposta do governo de Jair Bolsonaro (R\$ 92,4 bilhões da aposentadoria rural e R\$ 34,8 bilhões do BPC), a economia potencial da PEC poderia ficar em R\$ 1,109 trilhão. Soma-se a isso a possibilidade de mudanças no abono salarial. O relator sinalizou na reunião que deve possibilitar o pagamento do benefício a quem recebe até 1,4 salário mínimo. A proposta original restringia para 1 salário. A previsão de economia com as mudanças no pagamento do abono

era de R\$ 169,4 bilhões. "Meu sentimento é de que a reforma vai ser aprovada no início de julho. É uma oportunidade de o Congresso se reencontrar com a sociedade. Naturalmente, alguns ajustes serão feitos, mas deve manter entre R\$ 900 bilhões e R\$ 1 trilhão", disse o deputado Silvio Costa Filho, vice-presidente da comissão especial da Previdência. Fonte: G1 Notícias

Oposição convoca greve geral contra a reforma da Previdência. Centrais sindicais de todo o país convocam greve geral contra a reforma da Previdência e o governo do presidente Jair Bolsonaro para esta sexta-feira (14.jun.2019). Além das paralisações trabalhistas previstas por sindicalistas, haverá manifestações em pontos estratégicos do país. As convocações estão sendo feitas através das redes sociais e por meio de panfletagem nos grandes centros. No último sábado (8.jun), a hashtag #Greve14J foi um dos assuntos mais comentados do Twitter no Brasil. "A única forma de barrar essa reforma [da Previdência] é fazer o enfrentamento nas ruas. É greve geral", afirmou Wagner Freitas, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores). A oposição também mobiliza-se para inflar a aderência ao movimento desta semana. A presidente do PT (Partido dos Trabalhadores), Gleisi Hoffmann (PR), convocou os atos em seu perfil no Twitter: "Vamos parar o país contra a retirada de direitos dos trabalhadores". Fonte: Poder 360

Samuel Moreira adia apresentação de relatório sobre Previdência para negociar com governadores e deputados. O relator da reforma da Previdência na Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), adiou para quinta-feira (13) a apresentação de seu relatório na comissão especial que analisa a proposta de emenda à Constituição. O deputado quer acertar os detalhes de seu texto com os governadores nesta terça (11) e com os líderes partidários na quarta (12). A ideia de Samuel era apresentar seu relatório amanhã. O adiamento foi decidido após uma série de reuniões do relator com técnicos, líderes de nove partidos e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho. Um dos pontos discutidos foi a definição de uma regra de transição para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, vinculados ao INSS e o regime de capitalização. Conforme revelou o Congresso em Foco, Samuel confidenciou a parlamentares que pretende instituir um pedágio de 100% como norma de transição para os atuais servidores públicos. Um exemplo permite entender melhor como a coisa funcionaria. De acordo com a proposta de emenda à Constituição (PEC) que saiu do Ministério da Economia, se o servidor tem 58 anos e faltam seis meses para conquistar o direito à aposentadoria, ele trabalharia sete anos a mais, até completar 65. Fonte: Congresso em Foco

Último Foco

G20 concorda sobre regras fiscais conjuntas até 2020 para gigantes de tecnologia. O grupo de 20 ministros das Finanças do G20 concordou em estabelecer regras comuns para preencher lacunas usadas por gigantes de tecnologia globais, tais como o Facebook, para reduzir o pagamento de impostos, de acordo com comunicado final emitido pelo grupo neste domingo. As novas regras devem resultar num maior peso fiscal sobre grandes companhias multinacionais, mas também deve tornar mais difícil para países como a Irlanda atrair investimentos estrangeiros diretos com a promessa de impostos corporativos ultrabaixos. O Reino Unido e a França estão entre os maiores defensores das propostas para dificultar a movimentação dos lucros para jurisdições com menores impostos, defendendo também uma taxa corporativa mínima. Fonte: Reuters

PL que proíbe telex de enviar SMS comerciais é aprovado na Câmara. Os deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovaram nesta quinta-feira, 6, projeto de lei que proíbe as operadoras móveis de enviar mensagens comerciais próprias ou de terceiros para os clientes. De acordo com a norma, o descumprimento sujeita as companhias a sanções administrativas, como multa e suspensão temporária. Como foi aprovado em caráter conclusivo, o PL 757/03 deve seguir diretamente para análise do Senado, a menos que haja recurso para que a decisão final na Câmara seja em Plenário. A proposta foi apresentada pelo ex-deputado José Carlos Martinez, já falecido, e recebeu parecer do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que apresentou um substitutivo. O texto inclui o artigo 4-A na Lei Geral de Telecomunicações, com a seguinte redação: "As prestadoras dos serviços móvel celular e móvel pessoal (SMP) são proibidas de enviarem mensagens de cunho comercial próprias ou de terceiros para os terminais de seus clientes". Fonte: Teletime

MCTIC vai cruzar dados com a Receita em novo formulário da Lei do Bem. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações lançou um novo formulário a ser usado pelas empresas beneficiárias da Lei do Bem para investimentos em inovação tecnológica. O Formulário Eletrônico FORMP&D substitui o sistema anterior e, segundo o MCTIC, traz mais segurança ao cadastro e novas funcionalidades. Segundo a diretora de Apoio à Inovação da Secretaria de Empreendedorismo do ministério, Adriana Regina Martin, a ferramenta foi criada para melhorar a interface dos usuários com o ministério. "A segurança é o principal mote desse formulário, tanto para as empresas que enviam as informações, quanto para o ministério, que recebe esses dados. A ideia é assegurar que quem está prestando esses registros são os representantes dessas empresas" O FORMP&D possui integração com a base de dados da

Receita Federal. Por isso, o primeiro acesso da empresa deve ser feito por um representante legal, que após a confirmação dos dados, pode designar outros usuários para o sistema. O formulário também permite mais liberdade para descrever os investimentos em P&D sem a necessidade do envio de anexos. Para o MCTIC, o formulário facilita a criação de relatórios setoriais sobre os beneficiários da Lei, por região do País, Estado, atividade econômica, entre outros. Pela regulamentação da Lei do Bem, as empresas devem enviar ao ministério, até 31 de julho, as informações sobre seus investimentos em atividades de P&D do ano de 2018. Fonte: Convergência Digital

Governo envia ao Congresso em agosto PL para substituir incentivos condenados pela OMC. Até agosto deste ano, o governo vai enviar ao Congresso Nacional o projeto da Lei de TIC que irá substituir a Lei de Informática. O novo marco de política industrial do setor deverá estar aprovado e sancionado pelo presidente da República até 31 de dezembro para entrar em vigor a partir do início de 2020. Terá dois objetivos principais: evitar retaliações da OMC (Organização Mundial de Comércio) e a judicialização do impasse por parte das 670 empresas que têm incentivos fiscais, na ordem de R\$ 5,2 bilhões/ano, assegurados até 2029. Essa previsão para o envio da nova lei consta de cronograma montado para atender as exigências da OMC, disse o coordenador-geral de Estímulo ao Desenvolvimento de Negócios Inovadores do MCTIC, Henrique de Oliveira Miguel. Ele faz parte do grupo de trabalho criado pelo governo para propor soluções ao impasse gerado por ações do Japão e da União Europeia, juntamente com representantes do Ministério da Economia e do Itamaraty. “Mudar a legislação significa que não haverá mais incentivos de IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados]”, afirmou. A ideia, segundo o coordenador, é substituir essa modalidade por outro benefício, desta vez para empresa e não mais para produto, como a criação programa de crédito, com a troca de incentivos fiscais por investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). “Algo parecido com o modelo do Rota 2030 [de incentivos fiscais ao setor automotivo]”, apontou. Sancionado pelo ex-presidente Michel Temer, no final de 2018, esse programa substituiu o Inovar-Auto, que foi condenado pela OMC. “O programa Inovar-Auto acabou e foi alterado e se transformou em um programa de crédito”, disse. De acordo com o cronograma acertado, haverá um período de apenas quatro meses para o governo conseguir aprovar no Congresso a nova política industrial de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Isso será apresentado via PL (projeto de lei) ou MP (medida provisória), que entra em vigor imediatamente. No caso do Rota 2030, o governo anterior optou pelo envio de MP, que tem até 120 dias para ser aprovada. Fonte: Telesintese